

“VIVE DE FIAR ALGODÃO”: A SITUAÇÃO DA MULHER EM SÃO JOSÉ DO PARAHYBA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Eliza Miguel Cordeiro, Filipe de Souza Queiroz. Orientadora: Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Papali.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, elizamiguel.cordeiro@gmail.com, fi2812@outlook.com, cidapapali@gmail.com.

Resumo

Durante o Período Colonial Brasileiro, a mulher era submetida a um modelo que seguia as ordens daquele regime político e social. Em São José do Parahyba, atual cidade paulista de São José dos Campos, não era diferente, o cotidiano daquela sociedade revela pontos dessa ordem imposta às mulheres desde o período da comunidade como um aldeamento até após sua elevação ao status de vila. A presente pesquisa possui como objetivo evidenciar a realidade das figuras femininas no Brasil Colonial e em São José do Parahyba, revelando dados do início do século XIX e casos anteriores, do fim do século XVIII. Metodologicamente, o estudo se baseia na transcrição e análise do Maço de População e Mapa Geral de Habitantes da Vila de São José do Parahyba, de 1803, pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e Acervo Morgado de Mateus do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos. Como referencial bibliográfico, autores como Mary Del Priore (2009), Carlos Bacellar (2001) e Eni de Mesquita Samara (2003).

Palavras-chave: Mulher, Colônia, Igreja.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Introdução

Baseado em produções literárias e documentações sobre o período colonial no Brasil, observa-se que os personagens centrais dessa época eram, obviamente, os colonizadores portugueses que tinham a “árdua” tarefa de gerir as vilas presentes nas capitanias e administrar o sistema escravista, entre outras tarefas. Porém, pouco é documentado acerca das mulheres do período colonial, tanto as mulheres brancas, quanto as mulheres pretas escravizadas e mulheres indígenas.

Para estudar o papel da mulher nesse contexto, é necessário compreender os conflitos sociais acerca dos costumes locais e os que foram trazidos, tanto pelos portugueses e escravizados do continente africano, e como a Igreja também tinha um papel político na colônia, sendo que em alguns momentos, mostrava-se até mais influente que os próprios capitães das vilas, pois visavam além de tudo, manter uma ordem das instituições civis e eclesiásticas e fazer a manutenção do esquema patriarcal.

Nesse sentido, por meio do estudo e interpretação de cartas transcritas datadas entre 1766 e 1804, é possível ver o panorama dos conflitos sociais e o papel que as mulheres ocupavam nas vilas do Brasil colonial, onde evidenciam a intervenção da Igreja e a figura do sacerdote católico como o guardião da moral e dos bons costumes. De acordo com Del Priore (2012, p. 45-46), “A todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade”.

Além de tudo, cabia a Igreja como instituição reprimir a sexualidade feminina e empregar o ideal de uma dama da sociedade, o estereótipo de moça virgem e casta que não cederia aos desejos de luxúria, uma vez que, a mulher que expressava sua sexualidade livremente era difícil de ser controlada, diferentemente da mulher casada. Na visão católica, a mulher dentro do matrimônio estaria “domada” e seria facilmente controlada a seguir seu papel imposto de maternidade e afazeres domésticos, atividades essas as quais deveriam se dedicar exclusivamente, mesmo que os homens (ainda que

casados), seguiram expressando seus desejos carnavais e atentando contra a castidade de outras mulheres da vila.

Não seria diferente na Vila de São José do Parahyba, quanto a organização social e a posição que as mulheres ocupavam (ou não), mesmo que certos padrões observados na colônia em geral não necessariamente se aplicassem a essa vila, na capitania de São Paulo. Após um estudo das transcrições feitas do maço de população e mapa geral de habitantes da Vila de São José do Parahyba de 1803 e de cartas trocadas por diferentes párocos e o capitão daquela região para com o governador da capitania, foi possível evidenciar um diferente ponto de vista sobre o dia a dia de algumas mulheres e qual era de fato a participação das mesmas, traçando um panorama entre as diferentes classes sociais e as suas ocupações.

Objetiva-se revisitar a situação da mulher no cotidiano colonial, através de um estudo micro-histórico localizado na Vila de São José do Parahyba, levantando as particularidades existentes quanto a sua vida política e religiosa, que constantemente se entrelaçam. Por meio de fontes históricas primárias, será analisada a organização social da vila e as influências europeias, especialmente portuguesa, sobre a ordem moral e as relações entre gêneros e a ética das relações amorosas, onde sempre deveria prevalecer o sistema patriarcal colonialista.

Metodologia

O presente trabalho se constitui como uma pesquisa micro-histórica, uma análise intensiva de um caso específico para ressaltar detalhes que evidenciam processos históricos mais amplos. Baseia-se na transcrição e análise de fontes primárias como o maço de população e mapa geral de habitantes da Vila de São José do Parahyba de 1803, atual São José dos Campos, presentes no acervo do Arquivo Público Estadual de São Paulo. Além de casos de violência contra mulher relatados na documentação do Acervo Morgado de Mateus do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos e do Arquivo Histórico Ultramarino. A pesquisa possui como referencial bibliográfico autores que trabalham temáticas da mulher no período colonial brasileiro como Mary Del Priore (2009), Carlos Bacellar (2001) e Eni de Mesquita Samara (2003).

Discussão

A organização social da comunidade colonial era estruturada de forma hierárquica e patriarcal, na qual a família desempenhava um papel central como principal agente de socialização e integração dos indivíduos. Além de ser a base afetiva e moral, a família colonial funcionava como um pilar de sustentação da ordem social vigente, reproduzindo valores e normas que legitimavam as estruturas de poder. Sua influência extrapolava a esfera privada, articulando-se diretamente com outros agentes sociais, como a Igreja Católica. Dessa forma, a família não apenas reforçava a hierarquia social, mas também mediava as relações entre os indivíduos e o poder local (Samara, 2003, p.14-15). De acordo com Eni de Mesquita Samara (2003) a família colonial brasileira se destacava pela sua importância "no processo de colonização, especialmente no que tange à articulação do poder ao nível local" (Samara, 2003, p.37).

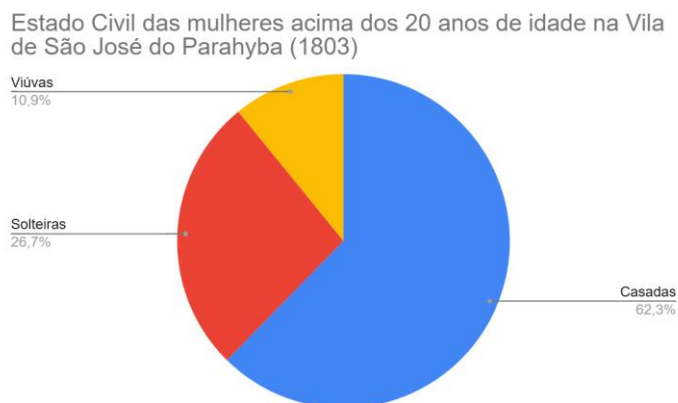
Essa estrutura, na realidade, constitui um reflexo da imposição dos valores europeus, sobretudo portugueses, sobre a então colônia brasileira. Nesse contexto, a figura da mulher desempenhou um papel fundamental no projeto colonizador de Portugal, como destaca Mary Del Priore (2009): "A condição feminina fabricava-se, então, marcada pelo caráter exploratório da empresa portuguesa no Brasil, do século XVI ao XVIII" (Del Priore, 2009, p. 22). Essa construção social estava profundamente enraizada no modelo escravista lusitano e nas rígidas hierarquias de gênero vigentes na época. Às mulheres cabia, portanto, a internalização de um estereótipo feminino pautado pelo "bom comportamento", submetendo-se a uma moralidade restritiva e a padrões de conduta que reforçavam sua subordinação dentro da ordem colonial (Del Priore, 2012, p.37).

O modelo colonial patriarcal, que delimitava rigidamente os papéis e comportamentos considerados adequados para as mulheres, pode ser observado com clareza no cotidiano da Vila de São José do Parahyba no início do século XIX. De acordo com o Mapa Geral de Habitantes da Vila de São José (1803), presente no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, a comunidade contava com 1.139 mulheres, das quais 62,3% eram casadas. Esse elevado percentual de mulheres formalmente

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

inseridas no matrimônio reflete não apenas as expectativas sociais da época, mas também a pressão institucional e cultural para que as mulheres se enquadrassem no ideal de esposa e mãe, base da estrutura familiar colonial.

Figura 1: Estado Civil das mulheres acima dos 20 anos de idade na Vila de São José do Parahyba (1803).



Fonte: Os autores, com base no Mapa Geral de Habitantes de 1803 (APESP).

Esses dados demográficos revelam como a instituição do casamento funcionava como um mecanismo de controle social, reforçando a submissão feminina aos maridos e à Igreja. Além disso, a predominância de mulheres casadas sugere que o celibato ou a autonomia fora do matrimônio eram vistos com desaprovação, limitando assim as possibilidades de vida das mulheres naquela sociedade.

O casamento naquele período era, segundo Mary Del Priore (2006), um negócio para a vida toda. A doutrina da Igreja Católica estabeleceu o matrimônio como um sacramento, tendo como principal argumento a escolha criteriosa do cônjuge, visando à estabilidade futura da união. Esse critério, no entanto, abria espaço para outro fator: o casamento como um contrato civil (Del Priore, 2006, p. 26-27). Nesse acordo, cabia à mulher o papel de "provedora e receptáculo de um amor que não inspirasse senão a ordem familiar" (Del Priore, 2006, p. 28).

Essa função atribuída à mulher no mecanismo da sociedade colonial reforçava a estrutura patriarcal, consolidando a hierarquia de gênero. A Igreja, aproveitando-se do caráter androcêntrico vigente, institucionalizou uma relação de obediência e submissão feminina em relação ao homem, reproduzindo uma dinâmica de poder já presente em outros aspectos daquela sociedade, como o escravismo, e consolidando um ideal de família alinhado a esses valores (Del Priore, 2009, p. 26). Essa configuração delimitava o lugar da mulher no cotidiano social da colônia, inclusive em São José do Parahyba, onde grande parte da população feminina vivia à sombra da esfera masculina, restringindo-se a funções domésticas e à manutenção da ordem estabelecida.

Sobre o estudo do modelo estabelecido para a mulher na patriarcal sociedade colonialista, Carlos de Almeida Prado Bacellar (2001), destaca que:

Diversos autores já chamaram a atenção para o papel da mulher na sociedade colonial. De sua imagem submissa ao marido, resguardada no lar, ausente da história, pouco ficou intacto, principalmente diante de análises que recuperaram seu papel mais atuante nas mais diversas conjunturas coloniais. (Bacellar, 2001, p.161)

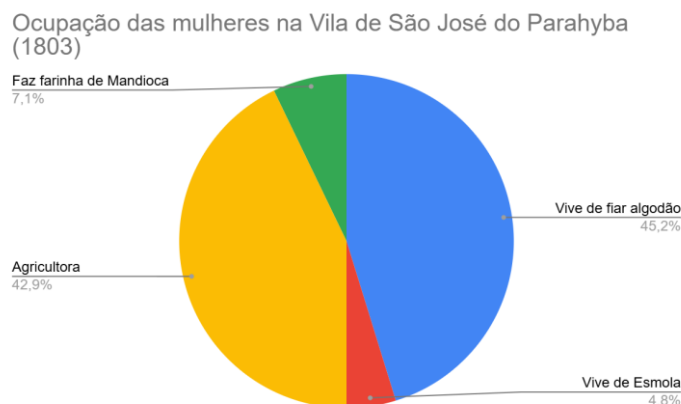
Diversas vezes a ausência da figura masculina era comum, as mulheres coloniais assumiam um papel fundamental na manutenção do lar e na garantia da sobrevivência familiar. Exercendo sozinhas o trabalho necessário, muitas tornavam-se chefes de família e, muitas vezes, únicas provedoras do sustento doméstico nesse contexto histórico (Bacellar, 2001, p.161).

Em São José do Parahyba, a realidade não era diferente, era comum que mulheres chefiassem famílias para garantir o sustento dos domicílios. Segundo o Maço de População da vila de 1803, 43 mulheres possuíam responsabilidades como chefes de família, desempenhando atividades como

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

fiação, trabalho na lavoura, outros ofícios manuais e, em alguns casos, até mesmo a esmola para manter o lar. Sendo a atividade mais relatada, descrita como “vive de fiar algodão”.

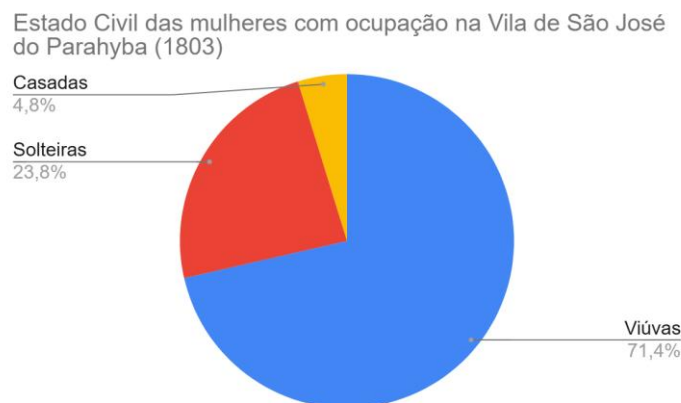
Figura 2: Ocupação das mulheres na Vila de São José do Parahyba (1803).



Fonte: Os autores, com base no Mapa Geral de Habitantes de 1803 (APESP).

A tese de que as mulheres que exerciam ofícios em São José do Parahyba atuavam como as principais provedoras de suas famílias, muitas vezes na ausência de um homem que assumisse esse papel social, é evidenciada pelos registros de estado civil dessas trabalhadoras. Os dados demonstram que uma parcela significativa dessas mulheres era composta por viúvas ou solteiras, indicando que elas não apenas sustentavam economicamente seus lares, mas também ocupavam uma posição central na estrutura familiar.

Figura 3: Estado civil das mulheres com ocupação na vila de São José do Parahyba (1803).



Fonte: Os autores, com base no Mapa Geral de Habitantes de 1803 (APESP).

As viúvas, representavam o maior número de mulheres com ocupação em São José, sendo 71,4%, herdando as responsabilidades do falecido marido, elas “exerciam um papel importante na coesão e harmonização dos clãs [...] mulheres fortes e com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares” (Samara, 2003, p.55). A vista disso, os registros de estado civil não apenas confirmam a hipótese inicial, mas também revelam um cenário mais amplo de resistência e adaptação, no qual mulheres trabalhadoras assumiam responsabilidades tradicionalmente masculinas, redefinindo seu lugar na sociedade.

Quanto às posses e bens dessas mulheres, é possível destacar dois exemplos registrados no Maço de População, sendo um deles o caso de Escolástica Pereira. Natural de Minas Gerais, em 1803 ela tinha 70 anos, era branca, viúva e vivia em São José com seu filho Vicente, de 17 anos. Escolástica trabalhava como agricultora, atividade que muito provavelmente herdou do marido. Em sua lavoura

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

trabalhavam 10 trabalhadores escravizados, sendo 4 mulheres, que deveriam exercer funções domésticas na propriedade. A situação de Escolástica indica que ela possuía uma boa situação financeira para o momento.

As mesmas afirmações não podem ser feitas sobre Maria da Costa, natural da Vila de São José, que em 1803 possuía 40 anos de idade, de cor parda, denominação que no contexto da época indicava sua ascendência indígena, e vivia com sua filha Anna, de 18 anos. Conforme registrado no Maço de População de 1803, Maria sustentava a casa e a filha por meio de esmolas, condição descrita pela ocupação “Vive de Esmola” no documento.

Mesmo que o papel feminino tivesse grande importância para a sociedade colonial em si, sua presença foi e ainda é tida como invisível e posta como uma peça secundária. É entendido que para o contexto das vilas da colônia, as mulheres no geral foram peça central para a construção de uma sociedade que conhecemos hoje, com todas as contribuições das mulheres indígenas, escravizadas (que em sua maioria eram de sociedades sudanesas e banto) e as mulheres brancas que emigraram da Metrópole, onde, a intersecção desses saberes, formou a condição feminina no Brasil colonial.

Como mencionada anteriormente, a Igreja Católica tinha um importante papel na “castração” dessas mulheres e as condicionava para seu papel crucial, que era a maternidade, colaborando com o sistema colonial de povoamento. Além de que, o fato de mulheres portuguesas serem mandadas à colônia não significava simplesmente a busca de bons matrimônios, mas também era uma forma que os capitães da vila e a Igreja buscaram embranquecer a colonização e evitar filhos ilegítimos miscigenados, frutos na sua grande maioria do crime de estupro.

De acordo com Del Priore (2009, p. 24), “Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização.”, mostrando como era muito importante para a sociedade colonial que as mulheres fossem adestradas em função do sistema patriarcal, por um “bem” maior, o povoamento. Ainda no mesmo livro “Ao Sul do Corpo”, Mary del Priore afirma que a condição física das mulheres também era um instrumento de domesticação, onde a religiosidade se pautava na capacidade de procriação, onde o papel natural seria a maternidade, e toda função que fugisse disso, abria brechas para sentimentos “melancólicos” e de “luxúria”. (Del Priore, 2009).

Tudo isso contribui para a construção da mãe como um ser “sagrado” e um papel a ser santificado, para manter a mulher longe das atividades ditas profanas. Como afirma Mary Del Priore (2009) sobre o papel da religiosidade como uma vigilante das relações sociais no cotidiano colonial:

E por último, mas não menos importante, a Igreja exercia severa vigilância doutrinal e de costumes pela confissão, pelo sermão e pelas devassas da Inquisição. Sua ação em relação à mulher fazia-se especialmente ativa no campo da organização familiar nas precárias condições da nascente sociedade colonial. Para tanto, ela desdobrava-se em iniciativas e medidas que asseguravam o estabelecimento da sociedade familiar nos moldes vigentes da tradição europeia. (Del Priore, 2009, p.25)

As correspondências narram a representação ao Governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, solicitando que o mesmo tomasse providências quanto aos procedimentos do diretor da aldeia para com os índios. O autor da representação coloca-se como porta-voz das queixas dos índios, evidenciando esse cotidiano colonial descrito anteriormente, onde o autor da carta relata a situação na aldeia (antes mesmo de ser promovido à vila) e as injustiças que a população indígena local vinha sofrendo em função da administração do atual diretor.

Ao longo da carta, o caso de uma mulher indígena em específico levanta debates sobre o tratamento que os homens que ocupavam altos cargos na aldeia tinham para com a população feminina indígena, tratamento esse que era marcado pela violência e dominação, sendo ela doméstica, agrícola ou sexual, onde o último, a causa da representação. O representante denuncia a má conduta que o capitão da aldeia (que se aproveitava de sua alta posição) tinha frente à indígena Lauriana, onde o mesmo a manteve em cativeiro como sua escrava sexual, usando da suposta “inferioridade” dos indígenas para justificar seus crimes. A indígena Lauriana em determinado momento consegue fugir do cárcere, porém sob intensa violência do capitão, ela volta a ser subjugada. Como o próprio representante e autor da carta afirma sobre o capitão:

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

entregar desflorando donzellas e levando tudo o talho aberto que com medo dos castigos não tem otro remedio se não imtregaremsselle dezendo elle que a mayor [rasurado] que nos podemos ter he desonestar elle noças filhas e mulheres por ser hu Cap.am mor e nos huns caboclos [ilegível – 01 palavra-corroído]. (Biblioteca Nacional: I – 30, 23, 84 no 2)

Diante o relato, monta-se o panorama da sociedade extremamente patriarcal das colônias no Brasil, e como a posição das mulheres era marcada pela submissão e violência nas distintas classes sociais presentes, mesmo que, as mesmas ocupassem um papel crucial para as vilas, sendo ofuscadas pelas autoridades exclusivamente masculinas.

Conclusão

A organização social da comunidade colonial era marcada por uma estrutura hierárquica e patriarcal, na qual a família, influenciada por valores europeus, desempenhava um papel central na reprodução das normas sociais e na manutenção do poder local, com a Igreja Católica atuando como reforço dessa ordem. As mulheres, submetidas a um modelo, eram peças-chave nesse sistema, embora muitas, especialmente viúvas e solteiras, assumissem funções economicamente ativas, como demonstrado pelos dados da Vila de São José do Parahyba em 1803. Apesar da aparente submissão, essas mulheres muitas vezes desafiavam os papéis tradicionais, especialmente em contextos de ausência masculina, enquanto a violência e a exploração, particularmente contra mulheres indígenas, revelavam as contradições e abusos inerentes ao projeto colonizador, que buscava controlar corpos e comportamentos em nome da ordem social e do "povoamento".

Referências

APMSJC/Pró-Memória São José dos Campos, **Coleção Morgado de Mateus**, Catalogação na Biblioteca Nacional: I – 30, 23, 84 nº 2.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Maço de População da Vila de São José do Parahyba**, 1803.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo no século XVII**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.